

O meu nome é António Marujo. Cabe-me, depois deste vibrante momento inicial, dar as boas-vindas a todas e a todos a este segundo encontro Escutar a Cidade.

Hoje, escutaremos quatro intervenções faladas e duas musicais (a primeira das quais terminou agora) sobre o tema Política, participação e democracia. Desde já agradeço, em nome das 30 organizações e movimentos envolvidos nesta dinâmica, a aceitação generosa do convite por parte dos diferentes intervenientes e também a forma como Alfredo Teixeira nos apresentou os Império Suburbano, que ajudou a enquadrar a música do grupo nesta sessão.

Sabemos que a actual crise económica e financeira radica, entre outras razões, numa crise da democracia: cada vez mais entregue a elites desgarradas, distanciadas dos cidadãos, a governação e a gestão da cidade tornaram-se algo reservado quase a uma casta. Daí ao distanciamento cada vez maior dos cidadãos em relação à polis, vai, foi um passo muito curto.

Na exortação *A Alegria do Evangelho*, que serve de referência à reflexão do sínodo diocesano de Lisboa, o Papa Francisco dá conta também deste distanciamento, quando escreve que “numa cultura onde cada um pretende ser portador duma verdade subjectiva própria, torna-se difícil que os cidadãos queiram inserir-se num projecto comum que vai além dos benefícios e desejos pessoais”.

Porventura, a esta causa referida pelo Papa, podem juntar-se outras como: a continuidade e mesmo o alargamento do fosso entre ricos e pobres, a persistência dos mecanismos geradores de injustiças, os fenómenos da corrupção ou da partilha de influências e muitos outros...

Estamos, assim, confrontados com a urgência de recriar a democracia e os mecanismos da participação política com a mesma criatividade com que, em tempos idos, outros o fizeram. Recordo o exemplo histórico da Grécia, que nos ensinou que a cidadania implica a participação (e hoje volta a mostrar-nos ser possível recriar essa ideia); de São Paulo, que escreveu “já não há judeu nem grego, nem homem nem mulher”, com isso dando um sentido novo à igual dignidade de todos os seres humanos; das ordens religiosas medievais, que estabeleceram a regra de “um homem, um voto” no processo de decisão comunitário ou colectivo; dos revolucionários franceses, que nos deram o conceito dos direitos de cidadania; do liberalismo e republicanismo, que assumiram a ideia da livre escolha dos governantes.

Há 200 anos, não votávamos para escolher quem nos governava; hoje, votamos para escolher, mas andamos iludidos porque quem nos governa não são aqueles ou aquelas que escolhemos... Por isso, o desafio da criatividade joga-se cada vez mais: na reaproximação dos cidadãos ao que é comum, comunitário; na possibilidade da participação digna de todos no que a todos diz respeito; e na implicação por um real dinamismo de transformação da política, desde logo enquanto exercício de cidadania e mecanismo de gestão da polis.

Em tudo isso, o papel dos crentes pode – deve – ser importante. Um sínodo é, na tradição cristã, a experiência mais plena da participação dos crentes na vida da comunidade. Por isso, um sínodo como o que a diocese de Lisboa está a viver tem de reflectir, obrigatoriamente, a questão da participação; seja na vida

interna da Igreja, seja na vida política e na sociedade democrática. Também por isto, uma iniciativa como esta tinha de aprofundar tais questões.

Como nos dizia o Jorge Wemans no primeiro encontro, “a iniciativa de escuta que hoje aqui nos traz pretende ser uma etapa nessa procura baseada numa vontade de cidadania partilhada, numa vontade de responsabilidade comum pela coisa pública e pela construção de vidas qualificadas e qualificantes na e da nossa cidade”.

Para nos ajudar a reflectir estes e outros temas porventura bem mais pertinentes convidámos hoje quatro pessoas que aliam a reflexão à proposta de reinvenção, seja no âmbito de estruturas partidárias, seja em movimentos de cidadãos ou na reflexão sobre a ética cidadã e política.